

**INSTITUTO ENSINAR BRASIL
FACULDADES UNIFICADAS DE TEÓFILO OTONI**

MARILEIDE RODRIGUES DA SILVA

**O COMPROMETIMENTO DA VIDA PSÍQUICA: A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL
E SUAS POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES NA VIDA DE UMA CRIANÇA**

TEÓFILO OTONI

2017

**MARILEIDE RODRIGUES DA SILVA
FACULDADES UNIFICADAS DE TEÓFILO OTONI**

**O COMPROMETIMENTO DA VIDA PSÍQUICA: A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL
E SUAS POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES NA VIDA DE UMA CRIANÇA**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Psicologia
das Faculdades Unificadas de Teófilo
Otoni, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Psicologia.**

**Área de concentração: Psicologia da
Saúde.**

**Orientador: Prof^a. Neuslete Esteves dos
Santos Neumann.**

**TEÓFILO OTONI
2017**



FACULDADES UNIFICADAS DE TEÓFILO OTONI

FOLHA DE APROVAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: O COMPROMETIMENTO DA VIDA PSÍQUICA: A VIOLÊNCIA SEXUAL E SUAS POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES NA VIDA DE UMA CRIANÇA, elaborado pela aluna MARILEIDE RODRIGUES DA SILVA, foi aprovado por todos os membros da Banca Examinadora e aceita pelo curso de Psicologia das Faculdades Unificadas de Teófilo Otoni, como requisito parcial da obtenção do título de

BACHAREL EM PSICOLOGIA

Teófilo Otoni, 14 de dezembro de 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador: Neuslete Esteves dos Santos Neumann

Examinador

Examinador

*Dedico este trabalho à minha mãe,
que mesmo com todas as dificuldades enfrentadas,
nunca desistiu de ajudar-me a realizar o meu sonho.
Você é meu exemplo de vida, minha inspiração.*

AGRADECIMENTOS

A Deus em primeiro lugar, por ter mim dado força e sabedoria para sempre continuar essa difícil caminhada de cabeça erguida e de forma determinada.

A minha orientadora, a professora Neuslete Esteves, por ter me guiado sempre pelo caminho certo.

Ao meu noivo Alichandro Teodoro, pelo apoio, carinho e amor nas horas difíceis e nos momentos de alegria, e na força de vontade de sempre incentivar-me e ajudar-me a seguir em frente e nunca desistir dessa caminhada.

A minha irmã Franciele Rodrigues, que me ajudou em todos os momentos, e mim fez sorrir nos momentos de raiva, me apoiando sempre.

Aos meus avós Anísio Fernandes e Marileide Pacheco, pela determinação de me ver realizando um sonho, e pela preocupação e ajuda durante essa caminhada.

Aos meus tios Denilsa Xavier, Claudianizio Fernandes e Claudio Elenisio, por terem feito de tudo para que eu seguisse em frente, e sempre estiveram a disposição para o que eu precisasse.

As amigas verdadeiras que conquistei nessa longa jornada, que sempre estiveram e dispostas em qualquer momento que eu precisar.

Aos meus amigos de longa data, que apesar da distância, sei que sempre estiveram ao meu lado.

Aos mestres, que me proporcionaram o conhecimento adequado, e me preparou para ser uma profissional ética.

*A sabedoria torna o sábio mais forte
do que dez chefes numa cidade.
Não existe na terra homem tão justo que
faça o bem sem nunca pecar.*

Eclesiastes, 7:19-20

RESUMO

A violência sexual na infância pode estar relacionada a perturbações psicológicas e comportamentais na vida adulta, ao abuso sexual de crianças, e aos distúrbios psiquiátricos. Dessa forma, é necessário analisar com maior profundidade, possíveis impactos, principalmente psicológicos, que as vítimas da violência sexual infantil podem sofrer e o seu desdobramento futuro, para que os profissionais, assim como os psicólogos, possam estabelecer estratégias de intervenção mais saudáveis para cada caso especificamente. O presente trabalho tem como objetivo, discutir as possíveis consequências psicológicas acarretadas pela violência sexual infantil, e foi realizado através de uma pesquisa exploratória, bibliográfica de cunho qualitativo com a revisão e análise de dados retirados de artigos científicos, artigos de revistas, livros, trabalhos de conclusão de curso e sites especializados. Percebe-se que cada vítima vivencia a violência sexual infantil de forma própria, podendo reagir de várias maneiras, que pode ser por meio do isolamento social, desconfiança em outras pessoas, olhar de medo, entre outros comportamentos ou até mesmo patologias. Essa violência que ocorre principalmente no seio familiar, é prejudicial para a saúde mental da criança, pois interfere no seu desenvolvimento cognitivo, tirando o seu direito de ser e agir como criança e se estrutura na preparação de sua fase adulta

Palavras-chave: Violência Sexual Infantil. Incesto. Consequências Psicológicas. Crianças.

ABSTRACT

Sexual violence in childhood may be related to psychological and behavioral disturbances in adult life, to sexual abuse of children, and to psychiatric disorders. In this way, it is necessary to analyze in greater depth the possible impacts, mainly psychological, that victims of child sexual violence may suffer and their future unfolding, so that professionals, as well as psychologists, can establish healthier intervention strategies for each case specifically. The objective of this study is to discuss the possible psychological consequences of child sexual violence, and it was carried out through an exploratory, qualitative bibliographical research with the review and analysis of data from scientific articles, journal articles, books, papers of course completion and specialized sites. It is noticed that each victim experiences the sexual violence of own form, being able to react in several ways, that can be through the social isolation, distrust in other people, look of fear, among other behaviors or even pathologies. This violence, which occurs mainly in the family, can be harmful to the child's mental health, as it interferes with their cognitive development, taking away their right to be and act as a child.

Keywords: Child Sexual Child Sexual Violence. Incest. Psychological Consequences. Children.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 REERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 Definição da violência sexual infantil	21
2.1.1 A violência sexual infantil intrafamiliar	22
2.2 Consequências da violência sexual infantil incestuosa e os possíveis comportamentos das vítimas	24
2.3 O acompanhamento às vítimas de violência sexual infantil	26
3 METODOOGIA E PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA PESQUISA	29
3.1 Classificação da pesquisa quanto aos fins	29
3.2 Classificação da pesquisa quanto aos meios	29
3.3 Tratamento dos dados	30
4 DISCUSSÃO	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS.....	37

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial de saúde – OMS (2002 *apud* LIMA; DESLANDES, 2015, p.662), nos últimos 30 anos, a violência se destacou como uma das principais causas de morbi-mortalidade no mundo. Além de uma violação dos direitos humanos, a violência contra crianças é um grave problema de saúde pública, pois, conforme Habigzang *et al.* (2008) e OMS (2002 *apud* LIMA; DESLANDES, 2015, p.662) causa várias consequências imediatas e futuras para a saúde física e emocional das vítimas, consequências para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social, além de haver a possibilidade de o fenômeno ser repetido em futuras gerações e de ter alta ocorrência, mesmo não sendo subnotificada.

Esse ato criminoso acontece desde a antiguidade, em todos os lugares do mundo, em todas as classes socioeconômicas, sendo um fenômeno complexo e com várias causas e consequências para a vítima (SERAFIM *et al.*, 2009, p.105), assim como afirma De Mause (1975 *apud* FALEIROS; FALEIROS, 2008, p.16). Apenas na atualidade que a população começou a proteger e se preocupar com a história da infância, pois ao se pesquisar os atos de antigamente, percebe-se que não havia cuidados especiais com a etapa da idade infantil.

Percebe-se assim que experiências de violência sexual na infância estão relacionadas às perturbações psicológicas e comportamentais na vida adulta, e associadas ao abuso sexual de crianças e aos distúrbios psiquiátricos, como transtorno de estresse pós-traumático, transtornos do humor e transtornos psicóticos (SERAFIM *et al.*, 2009, p.105).

Diante desse contexto de violência sexual, as crianças possuem poucos recursos, principalmente psicológicos, para se defenderem. Elas têm a vida marcada por esse tipo de violência e dessa forma, agravar a sua condição. Apesar das consequências ocasionadas pela violência sexual infantil serem próprias de como cada vítima vivenciou o ato violento, ela pode ser um fator precipitante de transtornos psíquicos, e quando é cometida no ambiente familiar, as consequências da violência sexual podem se tornar prejudiciais a saúde mental da criança. Dessa forma, torna-se necessário mostrar como a violência sexual pode impactar na vida psíquica de uma criança.

Outro ponto necessário é o de analisar com mais profundidade, os impactos, principalmente psicológicos, que as vítimas da violência sexual infantil podem sofrer

e o seu desdobramento futuro (como patologias e mudanças comportamentais). Com isso pode ser possível estabelecer estratégias de intervenção mais claras e benéficas, tanto à vítima, quanto ao profissional, principalmente o psicólogo, que deve estar atento, não somente ao que acontece na sociedade, mas também à evolução das intervenções, para que saibam como lidar com a situação, de forma a acolher, escutar e propor uma equipe multiprofissional para estabelecer o caminho correto para cada caso específico. Também é necessário que, a sociedade, principalmente pessoas próximas da vítima, conheçam o que é a violência sexual infantil, saiba como denunciar esse crime e como proteger, identificar e agir corretamente nessas situações.

A partir de todo este contexto, o presente trabalho foi realizado através de uma pesquisa exploratória, bibliográfica de cunho qualitativo com a revisão e análise de dados retirados de artigos científicos, artigos de revistas, livros, trabalhos de conclusão de curso (TCCs), sites especializados, entre outros. A seleção dessas fontes foi feita a partir de leituras que proporcionaram a articulação das mesmas, para a condução da discussão sobre as consequências psicológicas da violência sexual infantil. Este trabalho tem como principal objetivo, discutir as possíveis consequências psicológicas acarretadas pela violência sexual na infância.

2 REERENCIAL TEÓRICO

2.1 Definição da violência sexual infantil

Considerada uma infração contra todos os direitos que foram adquiridos pelas crianças na atualidade (FALEIROS; FALEIROS, 2008), a violência sexual infantil é qualquer ação ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual que envolve um ou mais adultos e uma criança, com o intuito de estimulá-lo sexualmente, ou usá-lo como um objeto de estimulação sexual sobre si ou sobre outra pessoa (AZAMBUJA, 2009). Além de ser uma ação antiética, a violência sexual infantil passa por cima dos direitos conquistados pela sociedade, desobedecendo às regras sociais e familiares de convivência, fazendo com que a pessoa violentada tenha sua dignidade física e psicológica comprometidas (FALEIROS; FALEIROS, 2008).

Essa violência sexual ocorre através do contato físico (carícias não desejadas, penetração oral, anal ou vaginal, com o pênis ou objetos, masturbação forçada, entre outros), e sem o contato físico (exposição obrigatória a algum material pornográfico, exibicionismo, uso de linguagem erotizada em uma situação inadequada) (FALEIROS; FALEIROS, 2008).

Faleiros e Faleiros (2008) ainda colocam que essa violência sexual desfigura a convivência social, afetiva e cultural dos adultos com as crianças, fazendo com que essa relação se torne violenta e criminosa. Com isso, a criança fica confusa quanto ao papel social que o abusador deveria ter na sua vida, pois a convivência que um adulto deve ter com uma criança, estabelecida pela sociedade, é completamente modificada de forma contrária à sua natureza. A vítima também pode ter sua construção psíquica, moral e social desfiguradas, sendo essa desfiguração mais presente quando a violência sexual é cometida por muito tempo ou nos casos de exploração sexual comercial.

Na legislação, ela é considerada um crime, por ser o abuso delituoso de crianças e adolescentes, principalmente de sua sexualidade em desenvolvimento. Dessa forma, a vítima tem sua identidade comprometida pela autoridade que o agressor exerce sobre si, sendo que esse comportamento é descrito como perverso (FALEIROS; FALEIROS, 2008).

A violência sexual infantil pode acontecer no ambiente extrafamiliar, no qual o agressor é uma pessoa que não possui parentesco com a vítima; e principalmente

no ambiente intrafamiliar, onde o agressor é uma pessoa que tem parentesco com a vítima (FLORENTINO, 2015).

2.1.1 A violência sexual infantil intrafamiliar

De acordo com Azambuja (2009, p.28), a violência sexual intrafamiliar, se torna danosa à criança, pois além de poder causar danos físicos, sociais e psicológicos, também a acompanha por toda a vida, pelo fato de o ato ter sido cometido por uma pessoa da família ou alguém próximo a ela. Essa violência sexual é incestuosa, ou seja, além de as vezes ser cometida por muito tempo, o agressor é um conhecido que as vezes tem a cobertura de outras pessoas da família, e também pode causar consequências psicológicas que são muito danosas à criança violentada (FLORENTINO, 2015). Assim como afirmam vários autores, Renshaw (1984 *apud* MOUAMMAR, 2012) define o incesto como violência sexual intrafamiliar, no qual acontece quando uma pessoa da família violenta sexualmente uma criança da mesma família, e essa violência não se volta apenas para a relação sexual, mas para qualquer ato que estimule a criança sexualmente, ou o uso da criança para estimular o agressor ou outra pessoa.

Conforme Mouammar (2012, p.12) o incesto pode ou não se dá por causa da ausência da interdição da pulsão sexual, dessa forma,

ele nos remete diretamente às colocações freudianas sobre a natureza da pulsão sexual e do chamado Complexo de Édipo. A investigação freudiana demonstra em primeiro lugar que a pulsão sexual é inata e inicialmente polimorfa, dispersa em várias pulsões parciais (oral, anal, fálica) para posteriormente estas serem unificadas a partir da puberdade em direção a uma pulsão genital propriamente dita. Se assim, a disposição sexual inicial do ser humano é perversa no sentido de uma gratificação exclusivamente autoerótica e de um prazer narcisista e exclusivista onde o outro, quando ele existe, como objeto de prazer, está fadado a ser reduzido a um mero objeto de gratificação, logo, não existe um prazer compartilhado. Será necessário um processo de contenção das pulsões pelo recalque como processo psíquico imprescindível e pela repressão das pulsões como processo exterior e civilizatório para pensarmos nesse sujeito humano e em uma civilização. Nesse momento, podemos falar do Complexo de Édipo, para a psicanálise ele desempenha um papel fundamental na estruturação da personalidade e na orientação do desejo humano. Da resolução edípica sairá a escolha do objeto de amor, o acesso à genitalidade, na medida em que esta não é garantida pela simples maturação biológica, e, também, teremos efeitos sobre a estruturação da personalidade, especialmente à constituição do supereu e do ideal de eu.

Dessa forma, percebe-se que o incesto com crianças é a vivência explícita e real das fantasias de desejo e posse do objeto de amor que acontece no complexo de Édipo através de uma pessoa perversa. Para a psicanálise, é preciso interditar o incesto pelo recalque da pulsão para solucionar o complexo de Édipo, tanto no exterior dessa construção, como no simbólico, ou seja, ao barrar a pulsão, o indivíduo se torna sujeito, se afasta da natureza irracional e introjeta a Lei (MOUAMMAR, 2012).

A violência sexual intrafamiliar contra uma criança é considerada maltrato infantil, na qual a vítima é proibida de ser criança e com isso, as instituições de atendimento que devem garantir os direitos das crianças, passam a conviver com um problema ético, pois devem se atentar às regras que cada cultura estabelece em relação à proibição do incesto, às desavenças dessa proibição, à postura da família e da sociedade, às leis contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e às punições que o agressor deve ter ao cometer esse ato (GUIMARÃES; FARIAS; BARBOSA, 2006).

Segundo Guimarães, Farias e Barbosa, (2006), no estudo Totem e Tabu, Freud realizou uma pesquisa sobre as culturas em relação aos seus costumes, a fim de analisar o que é proibido e o prazer de violar essas proibições, no qual a importância da renúncia pulsional foi o ponto mais relevante. Renúncia essa que, ao se deparar com uma proibição habitual, dá espaço a condição de legalidade simbólica contra leis arbitrárias, que aparece na formação

do desenvolvimento psíquico, do pensamento simbólico e da construção da moralidade de cada indivíduo, da definição ética dos grupos familiares e de outros grupos sociais, do trabalho de garantia do direito à cidadania, da suspensão de abusos e do trabalho clínico com vítimas e transgressores assim identificados. A renúncia pulsional diante da proibição comum do incesto é um princípio enfatizado por Freud, retomado como lei fundamental a ser compreendida e respeitada por todos (GUIMARÃES; FARIAS; BARBOSA, 2006, p.84).

Além de estarem presentes na experiência humana, a sedução e a fantasia incestuosa possuem várias manifestações que são descobertas através das formações neuróticas, perversas e psicóticas do psiquismo, e é a partir da relação subjetiva com a lei fundamental e a condição simbólica, que essas formações funcionam e dependem (GUIMARÃES; FARIAS; BARBOSA, 2006).

Conforme Guimarães, Farias e Barbosa (2006, p.84),

a imposição de uma proibição e o respeito compartilhado à lei fundamental têm sido – nas sociedades patriarcais, nas religiões monoteístas, em várias tradições culturais (judaico-cristã, islâmica) – realizados por um pai ou uma forte autoridade equivalente. Várias versões do pai são encontradas: o pai que goza de todos os direitos, sem proibições; o pai severo que ameaça e pune o não cumprimento das proibições; o pai da fantasia que é alvo de desejos ou é executor de punições; o deus pai que tudo vê e tudo julga; os equivalentes de autoridade paterna, como a dominância de poderes superiores, as forças do destino, as fortes reações massificadas, as atribuições de sorte, sucesso como recompensa, ou seu inverso como punição. A consciência moral, determinada a partir do amor ou da ira do pai, formula finalmente representações ideais e é pressionada por exigências ou imperativos que regem também a vida sexual. Pais e educadores exercem, na vida da criança, uma vigilância ou uma negligência moral que serão exercidas posteriormente por sua consciência moral. Ela estará atendendo a regras que correspondem ao amor ou à ira dos pais, dos educadores, do líderes ou chefes de grupos, ou a seu próprio orgulho narcisista.

Ao ser proibido social e culturalmente, o incesto pode gerar um conflito que pode se manifestar através de um desejo de satisfação e de uma regra moral de renúncia, que ocorre por causa de um fetiche, sentimento de culpa ou pela ameaça de falta de amor ou reconhecimento de pessoas próximas (GUIMARÃES; FARIAS; BARBOSA, 2006).

2.2 Consequências da violência sexual infantil incestuosa e os possíveis comportamentos das vítimas

No Brasil, o número de crianças vítimas de violência sexual cresce rapidamente a cada dia, causando danos irreparáveis e graves consequências no crescimento e desenvolvimento das vítimas (CAVALCANTE; SOUSA; SILVA, 2013). De acordo com Cavalcante, Sousa e Silva (2013) e Florentino (2015), normalmente essas vítimas perdem a auto-estima e a confiança em outras pessoas, principalmente em adultos, ficam com dificuldades de aprendizagem e de estabelecerem relacionamentos interpessoais e os índices de prostituição e doenças sexualmente transmissíveis aumentaram. Além de correrem o risco das consequências aparecerem quando adultos, principalmente a agressividade ou a própria violência (CAVALCANTE; SOUSA; SILVA, 2013; COGO *et al.*, 2011).

Mas é relevante observar que para se chegar as consequências do abuso sexual em cada criança, é preciso observar como cada vítima sofreu e percebeu essa violência, observando, por exemplo, como ocorreu o abuso propriamente dito, se ocorreu e como foram absorvidos os insultos e a violência psicológica e física,

entre vários outros atos que interferem na decisão de quais consequências cada criança violentada está mais propensa a desenvolver (FLORENTINO, 2015).

Cavalcante, Sousa e Silva (2013), relatam que, ao sofrer uma violência, a criança se sente desamparada e também sente que não tem controle da situação, com isso, essa violência também causa danos à família da vítima. A procura por apoio multiprofissional é necessário para que a vítima tenha um desenvolvimento e crescimento saudáveis, e para diminuir as consequências imediatas e de longo prazo. O apoio do profissional psicólogo também ajuda na redução desses atos de violência sexual infantil.

Segundo Cogo *et al.* (2011), a criança que sofre violência sexual pode vir a ter um comprometimento com vários graus de intensidade no seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e social. E ao afetar esse desenvolvimento da criança, a violência sexual causa de consequências mínimas ou nenhuma aparente, até graves problemas emocionais, sociais ou psiquiátricos (HABIGZANG *et al.*, 2005 *apud* FURLAN *et al.*, 2011). De acordo com Florentino (2015) e Furlan *et al.* (2011), traumas como esse podem causar várias patologias, como Transtornos Alimentares, Transtornos de Estresse Pós Traumático (TEPT), no qual é ocasionado quando a vítima tem um choque emocional que prejudica a sua saúde física e emocional, entre outras patologias.

Ao passar por um trauma físico e psicológico, como a violência sexual infantil, a vítima começa a questionar sua capacidade de defesa, percebendo que outras pessoas podem tocar e ter controle sobre o seu corpo sem a sua permissão. Além de afetar a vítima, afeta também toda a sociedade, pois ao ser traumatizado quando criança, um adulto pode vir a ter comportamentos agressivos ou passivos para enfrentar as situações do cotidiano (COGO *et al.*, 2011).

De acordo com Florentino (2015), crianças abusadas sexualmente podem apresentar comportamentos sexuais inadequados, como brincadeiras de cunho sexual; inserir objetos ou os dedos nas partes íntimas, masturbação em excesso, entre outros comportamentos.

Na maioria das vezes, as vítimas da violência sexual ficam caladas e não denunciam os abusadores por medo de receberem castigos e sofrerem mais violência, e por medo de causar uma ruptura familiar, imaginando que manter o equilíbrio e integridade da sua família é sua responsabilidade. E percebe-se que essas vítimas ficam mais vulneráveis a vários outros fatores como: os diversos tipos

violências; a alguns transtornos, principalmente sexuais e de estresse pós traumático; a depressão e ansiedade; entre outros (LUCÂNIA *et al.*, 2008 *apud* FURLAN *et al.*, 2011). Dessa forma, Furlan *et al.* (2011), percebe que é muito importante fazer o atendimento a essas vítimas, pois há um comprometimento psicológico, social e físico.

Pacheco e Marques (2009 *apud* FURLAN *et al.*, 2011) relatam que a relação de poder do abusador coloca a criança em uma situação de intenso sofrimento psíquico, e o vínculo estabelecido entre ambos, passa a se desenvolver de forma perversa, pois ao mesmo tempo em que gera sofrimento, ocorre em um contexto afetivo, o que promove uma série de sentimentos ambivalentes na criança, que ao ocorrerem em casos incestuosos, as crianças ficam aterrorizadas e confusas (BALLONE *apud* SANTOS; ALVES, 2010 *apud* FURLAN *et al.*, 2011).

2.3 O acompanhamento às vítimas de violência sexual infantil

Segundo Cavalcante, Sousa e Silva (2013), os atos violentos foram identificados como obstáculos para a saúde da criança, apenas no século XX, sendo atravessada por relações de poder, historicamente construídas e que se perpetua atualmente.

Por depender do envolvimento de vários grupos que atuam em rede, o combate à violência sexual contra crianças é dificultado, pois se trata de uma violação de direitos, transgressão, relação de poder perversa e desestruturante (FALEIROS; FALEIROS, 2008).

De acordo com Furlan *et al.* (2011), os profissionais responsáveis pelo apoio à criança violentada e à sua família, devem realizar uma intervenção para diminuir os impactos físicos e psicológicos acarretados por essa violência sexual, de forma a considerar o que é previsto em lei no que diz respeito à proteção dessa criança.

Sendo diferente do processo terapêutico em geral, o atendimento psicológico às vítimas de violência sexual, possui características próprias, ou seja, os profissionais devem ter uma formação específica, devem sempre atualizar os aprendizados sobre sua atuação, e atuar com o apoio de outros profissionais que trabalham com esses casos que são complexos (LUCÂNIA *et al.*, 2008 *apud* FURLAN *et al.*, 2011).

De acordo com Brito *et al.* (2005), os psicólogos e assistentes sociais trabalham com as famílias através de visitas domiciliares; psicoterapia individual e em grupo

para as vítimas e toda a família; palestras; e cartilhas para os profissionais, e para os pais e a comunidade.

Normalmente, nos adultos da família é mais utilizado o tratamento de acompanhamento através de visitas domiciliares, e nas crianças é mais utilizado o tratamento através de acompanhamento psicoterápico. Percebe-se uma dificuldade das famílias, em especial os pais, em reconhecer a necessidade de ajuda profissional, e de alguma forma de intervenção, mas ao contrário dos pais, as crianças são as que mais abraçam o tratamento psicoterápico (BRITO *et al.*, 2005).

Conforme Cogo *et al.* (2011), por ser uma violência acompanhada pelo silêncio e ser contínua por causa da ignorância e sentimento de medo da criança, as equipes multiprofissionais precisam criar formas de atendimento e acolhimento, visando como cada vítima vivenciou essa violência e o impacto causado, pois cada criança abusada sexualmente vai ter um atendimento psicológico diferente, dessa forma deve-se adaptar o tratamento de acordo com as necessidades de cada criança, observando os fatores associados a cada abuso, pelo fato das consequências serem exclusivas de cada experiência vivida pela criança, e quando não são tratadas de forma correta, elas podem se estender por toda a vida da vítima, com isso, o acolhimento da criança e da sua dor é uma das primeiras atitudes que deve acontecer no tratamento, pois, de acordo com Florentino (2015), quando a criança sofre abuso sexual, normalmente ela se sente culpada, e encontra várias razões para se sentir dessa maneira, dessa forma, a escuta e a permissão para que a criança se expresse ao nível de sua culpa se tornam importantes, pois o que a criança sente no seu consciente e inconsciente é completamente diferente do que um adulto projeta e pensa. Com isso, se torna importante que a vítima relate o abuso sexual sofrido, pelo fato de permitir que a criança organize sua memória, a fim de perceber que há pessoas que confiam e acreditam no seu relato, assim, confiando em um adulto que não é abusador.

3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA PESQUISA

3.1 Classificação da pesquisa quanto aos fins

O presente trabalho foi realizado através de uma pesquisa exploratória, com a finalidade de realizar um levantamento de dados literários sobre este tema.

A pesquisa exploratória, de acordo com Malhotra (2001 *apud* OLIVEIRA, 2011, p.20), é utilizada quando se pretende definir o problema com maior precisão, e tem como objetivo

prover critérios e compreensão. Tem as seguintes características: informações definidas ao acaso e o processo de pesquisa flexível e não-estruturado. A amostra é pequena e não-representativa e a análise dos dados é qualitativa. As constatações são experimentais e o resultado, geralmente, seguido por outras pesquisas exploratórias ou conclusivas.

Dessa forma, oferecendo mais “familiaridade com o problema” e se tornando mais claro. Normalmente essas pesquisas se desenvolvem com o “levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que estimulem a compreensão” (GIL, 2007 *apud* GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.35).

3.2 Classificação da pesquisa quanto aos meios

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, com a revisão de dados retirados de artigos científicos, livros, trabalhos de conclusão de curso (TCCs), sites especializados, entre outros.

Conforme Fonseca (2002, p.32 *apud* GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.37), a pesquisa bibliográfica é o “levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”.

Na pesquisa qualitativa, o cientista é o sujeito e objeto das pesquisas, sendo o seu conhecimento parcial e limitado, pois “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos” (DESLAURIERS, 1991, p.58 *apud* GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.32).

3.3 Tratamento dos dados

Foi feita a revisão, análise e interpretação de obras científicas para o desenvolvimento desse trabalho, com o foco em alcançar os objetivos propostos através das informações referentes ao tema.

Após a definição e delimitação do tema, foram pesquisadas e selecionadas referências em sites científicos, como a Scielo, a Scholar e o Google Acadêmico; livros; Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) e outros meios de caráter científico. E além da leitura dessas fontes, foi realizada a articulação das mesmas, na qual foram estabelecidas relações e distinções entre as ideias dos diferentes autores, dessa forma, mostrando quais consequência psicológicas a violência sexual pode ocasionar a uma criança. O estudo teve como conceitos mais decorrentes: violência sexual infantil; incesto; consequências psicológicas; crianças, que também se apresentam como descritores.

E a partir dessa comparação entre os autores, ou seja, como cada um percebe a violência sexual infantil, foi possível se chegar a uma discussão e a uma conclusão clara sobre a temática apresentada. Assim, foi possível alcançar os objetivos deste trabalho científico de forma ampla e ao mesmo tempo precisa, e a partir de um parecer psicológico próprio, mostrar a importância que se deve dar a uma criança violentada sexualmente. Também se torna necessário ressaltar que a busca por mais referências foi realizada durante todo o desenvolvimento deste trabalho.

4 DISCUSSÃO

A violência sexual infantil é um ato em que um ser em desenvolvimento tem seus direitos desrespeitados, e ao ocorrer no ambiente familiar, passa a ser uma violência sexual infantil intrafamiliar ou incestuosa. Nesses casos, a criança fica confusa, pois a pessoa que deveria cuidar, proteger e amá-la, tem o seu papel invertido, faz tudo ao contrário sem nenhuma preocupação aparente com a vítima em questão.

Essa violência sexual infantil pode se desdobrar em outros atos violentos como, violência física, onde há o contato do abusador com a criança provocando lesão externas e/ou internas; negligência, na qual ao invés de cuidar, proteger e acolher, a pessoa que deveria ter esses papéis, nega a criança o direito à proteção e ao respeito; e a violência psicológica, onde a criança pode se sentir inferior, humilhada, sem capacidade para decidir o que fazer com o seu próprio corpo, entre outros fatores que podem se estruturar na forma de patologias, ocasionando impactos psicológicos por toda a vida da vítima. Mas, a partir das informações obtidas na literatura encontrada, percebe-se que não se pode fazer uma generalização dessas consequências acarretadas pela violência sexual na infância, pois cada sujeito vai sofrer impactos diferentes, próprios de como cada qual vivenciou essa experiência, ou seja, cada criança vai reagir de uma forma, que pode ser por meio do isolamento social, desconfiança em outras pessoas, olhar de medo, entre outros comportamentos. A maioria das vítimas também sofrem patologias específicas, mas como foi dito, depende de como cada criança percebeu essa violência sexual.

Nesse momento, os profissionais da psicologia que trabalham com a intervenção em casos de violência sexual infantil, tornam-se essenciais não somente no combate da violência, mas também na prevenção da mesma. No momento da intervenção, o psicólogo se torna o profissional mais importante no atendimento às vítimas e a sua família, pois ele irá proporcionar um ambiente de acolhimento e segurança para que a criança se sinta a vontade para relatar o que aconteceu. O psicólogo também tem o papel de minimizar os impactos causados por essa violência sexual, e ajudar a criança para que esse fato ocorrido não interfira a sua vida social e psíquica.

Normalmente, após ser violentada sexualmente, a criança perde a confiança em outras pessoas, principalmente em adultos, tendo assim, uma dificuldade em relatar o acontecimento a alguém e até mesmo ao psicólogo. Por esse motivo, a intervenção psicoterápica deve acontecer de forma acolher e dar uma segurança para a criança violentada. Segurança esta que é estabelecida através da escuta e da confiança que o terapeuta passa para a criança no momento do atendimento. Ao se sentir bem e segura, a criança irá relatar a violência, falando como, onde e quando aconteceu e quem foi o agressor, a partir disso, e do relato de como a vítima percebeu essa violência, o psicólogo realizará a intervenção necessária de acordo com cada caso.

Esse acompanhamento deve se estender para toda a família, para que a mesma saiba como agir diante esta situação, e para que percebam que, o apoio, carinho e proteção para com a criança violentada, se tornam eficazes no tratamento. Também é preciso voltar a atenção ao agressor, para descobrir por que ele cometeu esse crime, e fazer a intervenção correta para o mesmo não voltar a repetir essa violência em outras crianças ou até na mesma criança que fez a ocorrência. Algumas vezes, os agressores são pessoas que na infância também sofreram violência sexual, mas não tiveram a atenção necessária e nenhum atendimento psicológico, se tornando assim, adultos violentos com crianças, além de estarem mais propensos a realizar outros crimes. Além de envolver a vítima, sua família e agressor, o trabalho do psicólogo junto com equipes multiprofissionais – compostas por assistentes sociais, médicos, enfermeiros, conselheiros tutelares, juízes, entre outros – deve mobilizar a sociedade para que se tenha uma maior atenção às crianças, a fim de protegê-las e garantir seus direitos.

No Brasil, a luta pelo combate e prevenção da violência sexual infantil está sendo realizada, mas ainda não tem uma intensidade eficaz. Apesar de não estar no primeiro lugar em relação às denúncias de mau trato infantil, essa violência ainda é muito praticada, principalmente por familiares e pessoas próxima da vítima, e na maioria das vezes, esses casos não são denunciados. Por esse motivo, é preciso investir de forma mais efetiva na prevenção da violência sexual infantil, que pode ser feita através de mais informações e divulgações do assunto para toda a sociedade que tem o dever de proteger as crianças; de uma atenção voltada para os adultos que sofreram violência na infância ou adolescência, que estão mais propensos a praticarem esse ato; e especialmente uma atenção redobrada às crianças,

mostrando a população como observar comportamentos que remetem à violência sexual infantil. Os profissionais que trabalham com crianças devem receber mais capacitações para que saibam observar comportamentos diferentes em cada criança, como agir e ajudar a vítima que está sendo violentada sexualmente. Esses profissionais devem demonstrar confiança, proteção e acolhimento para as vítimas, mostrando que a criança pode contar qualquer coisa para eles, e que estão ali para ajudá-la. Se a criança se sentir bem e protegida pelo profissional, ela irá relatar de forma explícita ou implícita o que está acontecendo e como isso está interferindo em sua vida, a fim de pedir ajuda e uma solução para resolver esse problema.

Outra forma de prevenção, é a realização de palestras e projetos nas escolas, sobre a violência sexual infantil. Esses projetos podem ser realizados por psicólogos, a fim de ensinar as crianças como identificar a violência, principalmente no início, a se proteger dos agressores e mostrar quem a criança deve procurar quando perceber que está acontecendo algo de errado. A participação dos pais nesses projetos também se torna relevante para que eles fiquem mais atentos e para que tenham mais cuidado e atenção aos seus filhos.

Percebe-se, então, que apesar de ser um fator preocupante, foi apenas na atualidade que a luta contra a violência sexual infantil tornou-se importante, assim como afirma De Mause (1975 *apud* FALEIROS; FALEIROS, 2008). Mesmo assim, observa-se uma dificuldade em encontrar obras originais sobre essa violência, por isso torna-se necessária a atualização de pesquisas nessa área, ou seja, a realização de novas pesquisas de como a violência sexual pode prejudicar a vida de uma criança. De acordo com Cogo *et al.* (2011, p.137) essa atualização dos dados da literatura deve ser feita a partir da “análise de uma população maior e também com vistas a estabelecer contato com as próprias vítimas”, pois se trata de um problema importante para o setor público, social e familiar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor uma discussão sobre as consequências psicológicas da violência sexual infantil, o presente estudo mostrou que não é possível se chegar a um resultado específico dessas consequências, pois cada criança percebe a violência sexual de maneira própria. Dessa forma, os profissionais devem considerar os fatores ocorridos de forma a considerar como se deu a violência, duração e os sentimentos sentidos pela criança.

O psicólogo tem um papel importante no que diz respeito à intervenção que deve ser feita nas crianças violentadas sexualmente, pois ele deve mostrar para a criança que o ambiente terapêutico é acolhedor e seguro, e que ela pode confiar no terapeuta que está naquele ambiente para ouvi-la e ajudá-la. Também deve prezar para que essas consequências não atrapalhem a vida familiar, social e psíquica das crianças vítimas de violência sexual.

Sendo assim, essa violência que ocorre principalmente no seio familiar, é prejudicial para a saúde mental da criança, pois interfere no seu desenvolvimento cognitivo. Por isso, torna-se importante a mobilização dos profissionais e de toda a sociedade para proteger as crianças, de forma a prevenir e combater a violência sexual infantil.

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, M. R. F. A inquirição da vítima de violência sexual intrafamiliar à luz do melhor interesse da criança. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Falando sério sobre a escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção*: propostas do Conselho Federal de Psicologia. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009. cap.2, p.27-69. Disponível em: <<http://WWW.redecaps.org/arquivo-geral-c125t>>. Acesso em: 16 set. 2017.

BÍBLIA SAGRADA. Discernir e resistir. In: Tradução de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. *Eclesiastes*. São Paulo: PAULUS, 1990. p.817-826.

BRITO, A. M. M. *et al.* Violência doméstica contra crianças e adolescentes: estudo de um programa de intervenção. *Ciência & Saúde e Coletiva*, São Paulo, v.10, n.1, p.143-149, 2005. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/is_digital/is_0205/pdfs/IS25\(2\)059.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/is_digital/is_0205/pdfs/IS25(2)059.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2017.

CAVALCANTE, F. V.; SOUSA, F. F.; SILVA, M. J. M. As consequências da violência sexual que envolve crianças e adolescentes. *Rev. Enferm. UFPI*, Teresina, n.2, p.43-48, 2013.

COGO, K. S. *et al.* Consequências psicológicas do abuso sexual infantil. *Unoesc & Ciência*, Joaçaba, v.2, n.2, p.130-139, jul./dez. 2011. Disponível em: <<https://editora.unoesc.edu.br/index.php/achs/article/view/667>>. Acesso em: 12 out. 2017.

FALEIROS, V. P.; FALEIROS, E. S. *Escola que protege*: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. 2. ed. Brasília: MAC/UNESCO, 2008, 100p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote_eletronico.pdf>. Acesso em: 25 maio 2017.

FLORENTINO, B. R. B. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. *Fractal: Revista de Psicologia*, São João Del-Rei, v.27, n.2, p.139-144, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922015000200139&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22 out. 2017.

FURLAN, F. *et al.* Violência sexual infantil: a dialética abusador/abusado e o sistema de enfrentamento. *Revista Eletrônica de Extensão da URI*, Joinville, v.7, n.13, p.198-208, out. 2011. Disponível em:

<http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_013/artigos/artigos_vivencias_13/n13_22.pdf>. Acesso em: 25 maio 2017.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120p.

GUIMARÃES, N. A.; FARIAS, E. P.; BARBOSA, A. M. F. C. O incesto como problema de violência: atendimento e estratégias de interrupção. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Violência faz mal à saúde*. Brasília: Editora MS, 2006. cap.7, p.81-86. Disponível em: <<http://WWW.redecaps.org/arquivo-geral-c125t>>. Acesso em: 16 set. 2017.

HABIGZANG, L. F. *et al.* Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Rio Grande do Sul, v. 21, n.2, p.338-344, abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722008000200021&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 03 out. 2017.

LIMA, J. S.; DESLANDES, S. F. Olhar da gestão sobre a implantação da ficha de notificação da violência doméstica, sexual e/outras violências em uma metrópole do Brasil. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 24, n.2, p.661-673, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v24n2/0104-1290-sausoc-24-02-00661.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

MOUAMMAR, C. C. E. Abuso sexual infantil e incesto: a ética da escuta na clínica de Françoise Dolto. *Impulso*, Piracicaba, v.22, n.55, p.9-19, set./dez. 2012. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/134919/ISSN0103-7676-2012-22-55-09-19.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

OLIVEIRA, M. F. *Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em administração*. Catalão: Universidade Federal de Goiás, 2011. 72p. Disponível em: <https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf>. Acesso em: 13 set. 2017.

COORDENAÇÃO GERAL DE PESQUISA. *Manual de pesquisa da rede*. Caratinga: Rede de Ensino Doctum, 2017. 150p.

SERAFIM, A. P. *et al.* Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. *Rev. Psiq. Clín.*, São Paulo, v. 36, n.3, p.105-111, mar. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832009000300004>. Acesso em: 24 fev. 2017.